

OS DILEMAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA APÓS 1967: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADES E ALTERIDADE

THE DILEMMAS FOR THE BUILDING OF PEACE IN THE ISRAEL-PALESTINE CONFLICT POST 1967: THE FORMATION PROCESS OF IDENTITIES AND ALTERITY

PETHRA UBARANA

PROGRAMA EMERSON FELLOWSHIP

STANDWITHUS BRASIL

TEXTO SUBMETIDO EM 09/05/22

TEXTO APROVADO EM 12/05/22

PALAVRAS-CHAVE: Conflito Israel-Palestina; Guerra dos Seis Dias; Construção Identitária.

KEYWORDS: Israel-Palestine Conflict; Six Day War; Identity Construction.

RESUMO

O conflito Palestino-Israelense é marcado por diversas nuances de complexidade e está firmado em pilares que dificultam uma resolução das controvérsias, colocando ambas as sociedades em um impasse. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, esse conflito teve as suas hostilidades intensificadas na medida em que ambas as partes se viram presas a um novo dilema que tornou ainda mais complexa a resolução dos seus problemas, a questão dos assentamentos. Desde então, diversas tentativas de acordos de paz foram postas em jogo, porém, sem sucesso. Em todas essas propostas, a questão dos assentamentos entrava como uma parte vital das discussões. O presente trabalho possui como objetivo principal entender, por meio de uma análise que se utiliza da ótica fornecida pela teoria construtivista de Relações Internacionais, como a condução dos processos de construção de paz foram afetados pela formação de identidades em ambas as partes.

ABSTRACT

The Palestinian-Israeli conflict is marked by several nuances of complexity and is based on pillars that make it difficult to resolve disputes, putting both societies in an impasse. After the Six-Day War, in 1967, this conflict had its hostilities intensified as both sides found themselves stuck in a new impasse that made the resolution of their problems even more complex, the issue of settlements. Since then, several attempts on peace agreements have been put into play, but without success. In all these proposals, the issue of settlements was a vital part of the discussions. The main objective of the present work is to understand, through an analysis that uses the perspective provided by the constructivist theory of International Relations, how the conduct of peacebuilding processes were affected by the shaping of identities in both parts

INTRODUÇÃO

A conexão do povo judeu com a terra de Israel é milenar. Desde o período bíblico dos patriarcas, havia uma aspiração de poder estabelecer este território como um lar para os judeus. Por muito tempo, esse povo esteve disperso em vários países do mundo, fugindo dos mais diversos tipos de perseguição e tentando assimilar-se aos lugares onde se estabeleciam. Até que, no século XIX, o surgimento do sionismo político parece reacender na comunidade judaica a aspiração por um lar em sua terra ancestral. É a partir desse desejo que em maio de 1948 é fundado, na região pertencente ao Mandato Britânico da Palestina, o Estado de Israel. Essa conquista, entretanto, não foi um processo fácil, e foi marcado por muitos conflitos, desde o primeiro dia de independência do Estado. A Guerra de Independência, como ficou conhecida, marcou o início do aprofundamento de uma rivalidade entre dois grupos na região, os judeus e os árabes, e de forma mais específica, os palestinos. Para os judeus, a fundação de Israel era uma conquista desejada por quase dois mil anos. Para os palestinos, a independência do Estado Judeu representou uma verdadeira catástrofe. Esse clima de hostilidade só iria se intensificar com os anos que se seguiram.

Outro momento que foi responsável por intensificar os sentimentos hostis de ambas as partes foi a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Israel necessitou realizar um ataque defensivo em resposta às ameaças feitas por Síria, Egito, Jordânia e Iraque e, como consequência, conquistou a Península do Sinai, as colinas de Golã, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, passando a construir assentamentos nessas regiões. Em resposta às conquistas militares de Israel, às Nações Unidas emitem a Resolução 242, que condenava a ocupação Israelense aos territórios ocupados, e demandava que ambas as partes buscassem “aceitar a paz, buscando respeitar a soberania um do outro, enquanto se buscasse o estabelecimento de ‘fronteiras mais seguras’” (STANDWITHUS, 2018), com Israel sendo convocado a retirar-se de territórios ocupados. A partir dessa resolução, diversos acordos de paz tentaram ser estabelecidos. Todos estes, porém, sem sucesso. Um elemento em comum a todos esses acordos, é a busca de se resolver o impasse criado com as fronteiras estabelecidas após 1967 e de se encontrar uma solução para a questão dos assentamentos nos territórios ocupados.

A partir do ano de 1977 até o início dos anos 2000, houveram diversas tentativas de restabelecimento da paz, por meio de diversos acordos e tratados. Contudo, foi possível presenciar uma nova escalada nas tensões a partir de julho do ano 2000, após a Cúpula de



Camp David, quando o líder da OLP, Yasser Arafat, rejeita a oferta Israelense, endossada pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, da existência de dois Estados, um judeu e um palestino, na região, nos conformes do que havia sido estabelecido nos Acordos de Oslo, em 1993 (BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010).

A construção de identidades toma um papel central nos diversos dilemas enfrentados ao longo dessas negociações. Tanto na sociedade Israelense, quanto na Palestina, a constituição identitária desses dois povos é permeada intimamente por cada aspecto que diz respeito ao conflito. Essa construção é influenciada por narrativas que favorecem a perpetuação do conflito, tendo como base sistemas de crenças, visões de mundo e emoções que moldam os discursos disseminados a respeito de ambas as partes, favorecendo a criação de barreiras para o estabelecimento e a manutenção da paz na região (BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010).

O presente trabalho conta com a utilização do método de pesquisa bibliográfica e possui como objetivo principal entender de que maneira a condução dos acordos de paz no conflito Palestino-Israelense, após a Guerra dos Seis Dias, foi afetada pela construção identitária da imagem que esses dois grupos detêm, tanto a respeito de si, quanto sobre o outro. Para chegar a tal compreensão, buscou-se fazer uma análise do conflito por meio da teoria construtivista de Relações Internacionais, que trabalha com a maneira como a interação entre os Estados dentro do Sistema Internacional os leva a formarem interesses e construir identidades. Assim, buscou-se defender a tese de que se, em determinada configuração das interações entre esses estados, os interesses e identidades formados levam ao conflito, em outra configuração estes podem conduzir os atores à paz. A construção dessas novas interações só se torna possível quando o princípio da alteridade é posto na prática para a resolução dos dilemas éticos que permeiam o impasse em questão.



1. CAPÍTULO TEÓRICO

Para podermos abordar a maneira como as formações identitárias influenciam no processo de construção da paz, é necessário, primeiramente, que venhamos a consolidar o entendimento respeito de como o conceito de identidade é compreendido dentro das Relações Internacionais, principalmente após o surgimento do construtivismo como teoria para explicar os fenômenos da política internacional, e como esse conceito está conectado às questões que dizem respeito ao conflito aqui abordado.

O conceito de identidade começou a assumir um papel de destaque nas Relações Internacionais a partir da década de 1990, com o surgimento das discussões construtivistas na área. Grande parte das discussões em torno do que se concebia como identidade eram influenciadas pelos debates que circulavam entre as diversas outras áreas das ciências sociais que, desde a década de 1950, buscavam compreender o processo de construção identitária dos indivíduos e das sociedades. Nas Relações Internacionais, entre os anos 1980 e 1990, esse conceito, logo, passou a tomar um protagonismo marcante, a ponto de muitos cientistas políticos passarem a conceber como impossível a compreensão da política internacional sem levar em consideração a forma como as identidades se constroem no sistema (BERENSKOETTER, 2017).

Grande parte dessa virada disciplinar se deu pelo impacto que a disputa entre duas potências, durante a Guerra Fria, trouxe na compreensão que se tinha a respeito da auto-imagem dos Estados e a forma como estes enxergavam o outro. A partir disso, termos como “imagem nacional” e “concepção de papéis”, começaram a ganhar espaço nas discussões de política internacional, abrindo caminho para que, posteriormente, o construtivismo pudesse firmar as bases para o conceito de identidade. Apesar de ser um conceito envolvido por muitos debates e perspectivas diferentes, a noção de identidade, mais resumidamente, pode ser entendida pela significação socialmente construída com base em parâmetros estruturais da cultura de uma sociedade, que definem o papel que alguma entidade, seja um indivíduo ou um Estado, desempenham dentro desse universo social (BERENSKOETTER, 2017).

Quando nos referimos a identidades individuais, vemos que estas possuem duas dimensões: uma interna e subjetiva, isto é, a forma como esse indivíduo enxerga a si mesmo e o papel que ele representa, e uma identidade exterior social, ou seja, a forma como esse indivíduo é percebido pela sociedade que o cerca, nas interações que desenvolve. Já a



identidade dos Estados é construída de maneira coletiva, pelo conjunto de indivíduos que habitam naquele território e, de semelhante modo, possui o mesmo caráter bidimensional, tendo, portanto, uma identidade interna, também conhecida como identidade nacional, que representa a maneira como aquele Estado percebe a si mesmo no plano doméstico, e uma identidade externa, que denota a forma como esse estado é percebido pelos demais Estados no Sistema Internacional, de acordo com a interação que desenvolve com estes (BERENSKOETTER, 2017).

De acordo com os construtivistas, em especial, Alexander Wendt, as identidades são a base para a ação política e o fundamento sobre o qual os Estados desenvolvem os seus interesses e têm estes interesses percebidos pelos demais atores do Sistema. É justamente essa identidade que os atores constroem que garante o seu diferencial perante o outro, sendo, portanto, um elemento essencial para a garantia do seu maior interesse, a preservação da sua sobrevivência (BERENSKOETTER, 2017; LEBOW, 2008).

A concepção de identidade que se firma de modo dependente do diferencial que se possui frente ao outro, muitas vezes, é vista como o fator por trás da construção de estereótipos e como um canal de perpetuação de conflito entre os Estados no Sistema Internacional. Entretanto, a perspectiva construtivista trazida por Wendt nos permite enxergar a possibilidade de que o conflito não seja a única configuração existente no sistema internacional, mas que as interações entre os Estados, também permitam a construção desse diferencial identitário em um contexto de cooperação, ou ao menos, de respeito à soberania mútua e convivência não-beligerante (LEBOW, 2008, WENDT, 1992), como explicaremos mais adiante.

Nesse sentido, dentro das teorias de Relações Internacionais, o construtivismo se mostra eficiente em apresentar explicações a respeito desse processo de construção identitária no Sistema Internacional. Teorizada durante o período do fim da Guerra Fria, entre as décadas de 1980 e 1990, a teoria construtivista se colocou como uma importante teoria de Relações Internacionais, em um espaço de tempo relativamente curto, e passou a ser vista como uma terceira via de análise ao lado do realismo e da teoria liberal (JACKSON & SORENSEN, 2013; NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

Para os construtivistas, as Relações Internacionais, de forma mais geral, e, especificamente, o Sistema Internacional não podem ser vistos apenas como um fenômeno ou um elemento de caráter material. A realidade social é construída pelos agentes que participam



dela, na mesma medida em que essa estrutura molda o papel que esses agentes desempenham no sistema. Como colocado por Nogueira & Messari, os construtivistas defendiam a ideia de que “o mundo não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores agem, ou seja, que o mundo é uma construção social” (2005, p. 167).

Nessa escola de pensamento, a concepção a respeito da estrutura do SI não é rígida e imutável; muito pelo contrário, essa estrutura é passível de modificações de acordo com o sentido que os atores desse sistema conferem a ele, através de sua forma de pensar a estrutura e as ações que tomam dentro dela. Para poder compreender o mundo social e político que nos cerca, é preciso compreender as ideias e crenças sociais que constituem esses sistemas e informam aos atores os papéis que eles irão desempenhar nele e para com os seus semelhantes.

Nesse mundo teorizado pelos construtivistas, a mudança não é só possível de acontecer, como ela realmente sucede. A noção de que o mundo como o concebemos é constituído por ideias, partes da consciência humana, e não simplesmente algo exterior aos indivíduos é o que torna essa transformação possível, pois as ideias estão em constante processo de mudança e evolução. Assim, para os construtivistas nem a estrutura, nem o papel desempenhado pelos agentes é dado como algo fixo, mas estão sujeitos a constante transformação, de acordo com a interação que desenvolvem (JACKSON & SORENSEN, 2013).

Outro ponto relevante para a compreensão da teoria construtivista é o entendimento de que os agentes são constituídos de interesses e de uma identidade. O principal teórico para analisar essa construção de identidades e interesses é Alexander Wendt. Em sua teoria, Wendt defendia a ideia de que não necessariamente a ausência de um poder centralizado no Sistema Internacional conduziria os Estados a autoajuda e a desempenharem um papel de competição uns contra os outros. Em seu famoso artigo “*Anarchy is What the States Make of It*”, Wendt coloca em evidência a tese de que a maneira como o sistema anárquico é concebido é parte do processo de construção que os agentes, isto é, os Estados conferiram a ele, e não porque essa estrutura do sistema de Estados foi dada exogenamente. Como, o próprio Wendt afirma:

“a autoajuda e a política de poder não seguem lógica ou causalmente da anarquia, e que se hoje nos encontramos em um mundo de autoajuda, isso se deve ao processo, não à estrutura. Não há uma ‘lógica’ da anarquia à parte das práticas que criam e instanciam uma estrutura de identidades e interesses em detrimento de outras; a estrutura não tem existência ou poderes causais à parte do processo.” (WENDT, 1992, pp. 425-426)



Fazendo contraponto ao pensamento neorrealista de Kenneth Waltz, Wendt coloca que a visão da estrutura política sendo definida meramente pela anarquia como um princípio ordenador e pela distribuição de capacidades, não é suficiente para predizer o comportamento dos Estados em relação uns aos outros, pois os fatores que definem este comportamento são intersubjetivos e conectados aos interesses dos Estados no que diz respeito a sua segurança (WENDT, 1992, p. 428).

Isso se dá pelo fato de que, para Wendt, os agentes se comportam em relação a outros atores de acordo com o significado que esses atores possuem para eles, levando os Estados a se agirem de maneira diferente para com seus amigos, em comparação a maneira como agem para com seus inimigos. Com isso, Wendt não nega o poder da distribuição de capacidades de afetar o cálculo dos Estados, mas afirma que, ainda assim, esse cálculo levará em consideração a compreensão intersubjetiva e as expectativas que os Estados geram, na concepção que constroem a respeito de si e sobre os outros (WENDT, 1992, p. 429).

Para Wendt, portanto, as identidades são melhor definidas pelos entendimentos e expectativas que os agentes constroem socialmente a respeito de suas funções e das funções desempenhadas pelos outros agentes, essa significação se dando de modo coletivo, com base na relação que esses agentes desenvolvem entre si (WENDT, 1992, p. 430). Nesse sentido, um Estado pode assumir mais de uma identidade, de acordo com o tipo de interação que ele desenvolve com os outros Estados. Essas identidades dão a base para a formação dos interesses de cada Estado, que são definidos de acordo com as situações que são apresentadas a esses agentes no processo de interação que desenvolvem entre si (WENDT, 1992, p. 432). A formação dessas identidades e interesses constrói instituições, que podem ser estas tanto de conflito, como de cooperação. Entre essas instituições, temos a autoajuda, que é uma das várias estruturas que podem existir sob a anarquia, e não a única possível (WENDT, 1992, p. 433).

Wendt apresenta a existência de três culturas de anarquia: uma Hobbesiana, baseada no conflito e na inimizade entre os Estados, em que estes estão, constantemente, em estado de competição com base na lógica da autoajuda e da 'guerra de todos contra todos', tornando quase impossível a ação coletiva; uma Lockiana, pautada na rivalidade e no individualismo, em que os Estados se preocupam apenas com sua própria segurança e são indiferentes para com os demais, sem contudo, buscarem a eliminação uns dos outros, respeitando mutuamente a legitimidade de suas soberania, preocupando-se mais com ganhos absolutos que com os relativos; e por fim, uma cultura Kantiana, na qual prevalece a cooperação e em que os



Estados se vêem de forma positiva, pensando na segurança de um como a responsabilidade de todos, como parte de uma grande comunidade (WENDT, 1992, p. 434).

Nesse sentido, se a autoajuda não é uma característica determinante da anarquia, o sentido que os atores darão a sua relação uns com os outros é pautado, não por aspectos dados pelo sistema, mas construídos pela interação que desenvolvem uns com os outros. Essas interações criam expectativas para prever o comportamento desses agentes no futuro, a partir da sinalização que esses Estados dão uns aos outros em suas primeiras interações, o que confere significação às suas identidades (WENDT, 1992). Essas expectativas e significações coletivas formadoras das identidades e dos interesses, constroem as estruturas sociais do mundo em que vivemos.

2. CAPÍTULO DESCRITIVO

Para que possamos entender como se dá essa construção identitária no contexto do conflito Palestino-Israelense, é preciso que entendamos como se dá a dinâmica do conflito em si. De forma geral, o conflito Israel-Palestina é alimentado por cinco desentendimentos centrais: a extensão e as fronteiras do território de um Estado para os Palestinos entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo; a natureza deste futuro Estado Palestino; a divisão e a maneira como ambas entidades nacionais irão administrar a cidade de Jerusalém; a forma como se dará a solução dos assentamentos judeus nos territórios ocupados em 1967; e, por fim, a discussão sobre que solução se dará para os refugiados de 1948 e, talvez, inclusive, para os refugiados de 1967 (LAJST, 2021; BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010). Todos esses desentendimentos são moldados, como defenderiam os construtivistas, pela forma como os dois lados interagiram entre si ao longo do conflito, através da concepção que possuem a respeito da identidade do outro e de seus interesses.

A Guerra dos Seis Dias provocou intensos debates em Israel, que afetaram a recém conquistada sensação de estabilidade e de unidade nacional, criada pela nova coalizão formada para o governo do país em 1967. Esse debate dizia respeito ao dilema de se os judeus deveriam ou não ocupar os territórios conquistados na guerra, isto é, a Península do Sinai, as colinas de Golã, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, ou se eles deveriam entregar esses territórios conquistados aos Árabes, em busca do estabelecimento da paz (GOODMAN, 2020). Foi em torno desta discussão, de como as fronteiras do país deveriam ser definidas, que foi criado um dos pontos chave dentro do conflito e que se gerou um impasse na política regional o qual, até os dias de hoje, a direita e a esquerda em Israel buscam solucionar, e israelenses e palestinos discutem uma resolução pacífica.



Como defendido por Daniel Bar-Tal, Eran Halperin e Neta Oren em seu artigo “*Socio-Psychological Barriers to Peace Making: The Case of the Israeli Jewish Society*”, concepções identitárias, como as que permeiam o conflito aqui analisado, são sustentadas, essencialmente, por dois fatores: cosmovisões gerais e crenças ideológicas e circunstanciais. As cosmovisões são sistemas de crenças e tendências que moldam a forma dos indivíduos de ver o mundo e de perceber a realidade que os cerca, provendo perspectivas que, dentro do conflito, contribuem para a sua perpetuação por meio de uma rede cultural de valores, crenças, discursos e normas propagadas por essas visões de mundo. Por sua vez, as crenças ideológicas e circunstanciais dentro do conflito levam os indivíduos a analisar apenas o seu lado da narrativa, geralmente apoiando-se na crença da justiça de seus próprios objetivos e na busca e defesa da própria segurança (BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010).

Como explica Chimamanda Ngozi Adichie em seu discurso “O Perigo de uma História Única”, essas crenças pautadas em apenas um dos lados da narrativa acerca do conflito também são perpetuadas por meio de uma visão positiva e/ou vitimizadora acerca da imagem coletiva que se tem a respeito de si, ou a respeito do outro, o que coloca um sentimento de inevitabilidade do conflito, como se a condição presente como sendo a única e definitiva possibilidade para as partes envolvidas (ADICHIE, 2019).

Quando aplicado ao lado pessoal da história, como colocam Bar-Tal, Oren e Halperin, essa crença contribui para a atribuição etnocêntrica de traços positivos apenas nas características, valores e comportamentos próprios, em uma defesa de seu patriotismo. Essa auto perspectiva advoga por uma visão de unidade interna que ignora possíveis conflitos internos em sua sociedade, provocando uma deslegitimação do oponente que nega inclusive, sua humanidade, referindo-se a paz como busca última, e primordial desejo de sua sociedade, e não de seu oponente. Essas visões são extremamente resistentes à mudança, organizadas de maneira a estimular uma construção identitária própria e acerca do rival que dificulta o alcance da paz. Tais crenças afetam não somente concepções sociais que estes grupos possuem estereotipadamente do outro, mas também produzem reações emocionais que provocam tanto medo, como ódio nos dois lados (BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010; GOODMAN 2020).

No que diz respeito ao conflito Israel Palestina, a escalada das tensões, no contexto da Segunda Intifada, nos anos 2000, corroborou para uma quebra na moderação de pensamento a respeito do conflito que a opinião pública havia alcançado por meio do período dos acordos de paz, o que resgatou, de forma intensa, estereótipos promovidos por crenças sociais a



respeito de israelenses e palestinos como rivais. A escalada das tensões provocou, de um lado, Israel, após dois mil anos de perseguições e diásporas, percebendo a si mesmo como um Estado agredido palestinos, que não aceitam sua existência no território e vítima de uma liderança palestina que coage os Israelenses a matarem a população palestina, para poder prezar pelo princípio moral defender-se das ameaças e sobreviver (BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010).

Por outro lado, Palestinos que se sentem injustiçados e oprimidos por um Estado judeu que, além de, segundo a sua ótica, ter “invadido” o seu território, ainda ocupam regiões pertencentes aos seus países e que negam o direito de retorno a milhões de refugiados dispersos por causa de suas guerras. Por parte de Israel, vemos, principalmente, um elevado sentimento de medo para com palestinos, tanto da guerra, como de atentados terroristas, principalmente após os acontecimentos da Segunda Intifada. Por parte da Palestina o sentimento predominante de ódio, pela nakba de 1948, agravado pelos assentamentos de 1967, somados à negação do direito de retorno e da visão de Israel como um Estado imperialista na sua região.

A tomada dos territórios na Guerra dos Seis Dias, representou a criação de diversos dilemas que assombram a opinião pública Israelense, no que diz respeito a questões como a ameaça que essa ocupação representaria, para a perpetuação da maioria judaica em Israel, levando em consideração o fato de que anexar também à sua população os indivíduos que viviam naquele pedaço da terra. Além disso, há uma preocupação no que diz respeito ao governo forçado, de meios não democráticos sobre essas populações não judaicas nesses territórios ocupados (GOODMAN, 2020).

Já para uma outra parcela da população, a retirada desses territórios representaria um risco à segurança do Estado de Israel, deixando a terra vulnerável diante da hostilidade de seus vizinhos Árabes. O dilema em questão, gira em torno de se, em nome da manutenção da maioria judaica e da segurança, valeria mesmo a pena ou não, retirar-se dos territórios ocupados. Assim, no que diz respeito à segurança, Israel não pode se retirar. Mas, quando se trata da questão demográfica, Israel precisa se retirar (GOODMAN, 2020).

Nesse contexto, quando olhamos pelo lado israelense desse embate, vemos uma opinião pública que, apesar de favorável à solução de dois Estados, lida com os grandes dilemas relacionados a questões relacionadas à retirada dos territórios. Por um lado, essa opinião se dispõe a se comprometer com o estabelecimento de um acordo de paz com os



palestinos, e por outro lado, se opõe a questões centrais essenciais para o fim do conflito, comprometendo, assim, o alcance da paz ((BAR-TAL, HALPERIN & OREN, 2010).

O fato desse impasse causar tantas divisões dentro da política de Israel se deve ao fato de que, após 1967, as sociedades Israelense e Palestina passaram, cada vez mais, a enxergar o conflito e as suas posições a respeito dele como sendo parte de sua identidade individual. Nesse sentido, como expresso por Goodman, contestar o posicionamento de um indivíduo dessas duas sociedades no que diz respeito a sua solução para o impasse é visto como uma ofensa semelhante ao contestar a sua própria identidade individual (GOODMAN, 2020).

Essa internalização do debate a respeito do conflito dificulta ainda mais a discussão de ideias para resolvê-lo, causando ainda mais tensões e desavenças dentro do cenário político de Israel e no seu relacionamento com as populações palestinas. Como afirma Micah Goodman em seu livro *“O Impasse de 1967”*, naquilo que diz respeito ao conflito, temos em Israel “muito mais uma afirmação de identidades do que uma troca de ideias” (GOODMAN, 2020). Tanto para a direita, como para a esquerda israelenses, a polarização chegou a níveis tão extremos que a discussão de ideias, de ambos os lados acontece, contudo, sem sequer os dois espectros consigam se ouvir harmonicamente, e ainda terminam por rotular as ideias do outro como se representassem um perigoso risco de destruir Israel e levar essa sociedade à ruína (GOODMAN, 2020).

Para o povo palestino, Goodman também coloca que a concretização de sua identidade nacional se reflete em uma automática declaração do fim do sionismo e da garantia do seu direito de retorno aos territórios que hoje formam o Estado de Israel. Assim, uma solução de dois Estados, ainda que Israel cedesse os territórios conquistados em 1967, seria inconcebível, pois demandaria dos palestinos abrir mão do seu direito de retorno à terra. Dessa maneira, cessar a ocupação, mas não resolver o problema dos refugiados não garantiria o estabelecimento da paz (GOODMAN, 2020).

Para além dessas questões, a discussão sobre os assentamentos envolve um profundo dilema ético. Para a direita, além da ameaça à segurança, a retirada representaria uma traição aos valores judaicos. Para a esquerda, a ocupação, para além da ameaça demográfica, é, em si mesma, um ato imoral, uma perversão da democracia (GOODMAN, 2020). Ao mesmo tempo, as terras hoje assentadas foram conquistadas de forma legítima por Israel durante a guerra, como um ato defensivo em resposta aos ataques jordanianos, tendo sido rejeitadas unilateralmente pelos Árabes em resposta as propostas feitas na Cúpula de Camp David para a



criação de um Estado Palestino. Assim, como posto por Goodman, o território, em si, não pode ser considerado como ocupado, entretanto, o jugo militar sobre a população palestina local, pode ser visto, sim, como uma ocupação (GOODMAN, 2020).

3. CAPÍTULO ANALÍTICO

Falar a respeito de *Peacebuilding*, ou caminhos para a construção de uma paz sustentável diante de um determinado conflito é uma tarefa que demanda, antes de tudo, compreender que dinâmicas favorecem a perpetuação do estado de beligerância entre as partes. Não necessariamente, o processo de construção da paz garantirá um encerramento definitivo das tensões de forma instantânea, pois muitas vezes a dinâmica do conflito é complexa e, como posto por Wendt, baseada em um modelo de anarquia Hobbesiano, que favorece a intensificação das estruturas de violência e de conflito (WENDT, 1992) instaladas nas mais diversas esferas sociais, quanto maior a duração do conflito.

Quando nos referimos ao contexto do conflito Israel-Palestina, vemos uma guerra cuja complexidade ultrapassa um embate na busca da soberania e da autodeterminação desses dois povos, sendo, também, um conflito econômico e pelo controle de determinados recursos. Mas, como posto por Bar-Tal, Halperin & Oren, para além de questões religiosas e culturais, o conflito está diretamente relacionado a questões identitárias e de segurança. Todos esses fatores, criam muitos dilemas e complicações para o alcance de uma paz sustentável na região (BAR-TAL, HALPERIN & OREN 2010).

Da mesma maneira, o caminho para a construção de uma paz estável na região não se dará de modo menos complexo do que a dinâmica do conflito que se segue. Como posto por, Mishal & Morag, o conflito em questão e as tentativas de paz que o envolvem são cercadas por desconfiança e falta de entendimento, por ambas as partes, das necessidades psicológicas e políticas de seu oponente (MISHAL & MORAG, 2002, p. 325). Essa desconfiança é fruto da falta de certeza dos atores envolvidos na negociação de se os seus interesses serão protegidos pela outra parte, sem que se tire vantagem de uma determinada situação para promover interesses contrários aos seus (MISHAL & MORAG, 2002, p. 332).

Quando olhamos para o contexto histórico do conflito Palestino-Israelense, como analisado no presente trabalho, vemos um conjunto de interações entre esses Estados cercadas por uma grande divergência cultural e visões de mundo profundamente distintas. A busca irracional por ignorar essas diferenças, ao invés de solucionar o problema, tem tornado as identidades desses dois grupos cada vez mais propensas à hostilidade e a alimentarem



expectativas cercadas de medo e ódio contra o Estado oponente. Tal comportamento reforça ainda mais os estereótipos que ambos os lados criam a respeito do outro, ao invés de proporcionar o cenário para que um novo tipo de interação se desenvolva entre ambas as partes e, assim, novas identidades e expectativas possam ser construídas.

Para além das complicações envolvendo a dinâmica do conflito com Israel, a sociedade Árabe-Palestina, em si, já é marcada por uma configuração multifacetada e um pluralismo identitário, cercado por conflitos e grupos de interesse internos, que dificultam em muito a condução de processos de construção de uma paz estável. Muitos dos grupos envolvidos nessas negociações, possuem uma cultura de negociação que não consegue enxergar a paz como uma opção, mas que vê conflitos como uma forma de fortalecer o seu equilíbrio de poder e a sua influência (MISHAL & MORAG, 2002).

É necessário que tenhamos a compreensão de que atores políticos percebem eventos e moldam seus interesses por meio de suas visões culturais, que servem como um conjunto de ideias usadas pelos indivíduos para analisar a realidade e assim, tomar decisões. Certamente, esse choque cultural é, muitas vezes, responsável por quebrar com as expectativas que os atores produzem uns sobre os outros, pelo fato de valores diferentes e formas distintas de interpretar a realidade convergirem e gerarem divergência entre as partes. Como Mishal & Morag colocam, entretanto, a percepção de mundo dos atores políticos não é um impedimento para que estes sentem a mesa e negociem com atores que possuem uma visão cultural diferente (MISHAL & MORAG, 2002, p. 327).

Diante de tantos choques culturais e divergências entre múltiplas identidades nessas duas sociedades, é imprescindível que, para que acordos bem sucedidos se desenvolvam no futuro, que ambos os lados passem a incorporar as perspectivas uns dos outros a respeito do conflito e dos interesses em jogo, e que os interesses opostos aos seus também possam, de alguma forma, serem, ao menos considerados ou parcialmente favorecidos, por meio de concessões em ambos os lados (MISHAL & MORAG, 2002).

Se levássemos em conta a perspectiva Wendtiana, o princípio que deveria nortear a condução de tais acordos seria o de superar o estado de anarquia hobbesiano e buscar estabelecer, talvez não necessariamente uma cultura kantiana de amizade e cooperação plena, mas ao menos uma cultura lockeana de tolerância e respeito mútuo. Como colocado por Goodman, é preciso que as partes parem de buscar uma resolução definitiva de suas diferenças e passem a buscar, simplesmente, uma maneira de sair de seus impasses (GOODMAN, 2020). É muito provável que, por meio da busca por uma resolução plena das



diferenças, os acordos nunca cheguem a um resultado concreto. Mas quando pensamos em meios de construir um pluralismo perceptivo, como posto por Mishal & Morag, podemos contemplar caminhos para chegar a um estado de acomodação mútua (MISHAL & MORAG, 2002, p. 347).

Quando tratamos sobre a percepção que se desenvolve a respeito do outro, o filósofo Emmanuel Levinas nos apresenta um caminho para rompermos com a significação superficial que as identidades, chamadas por ele de totalidade, imprimem na concepção que moldamos a partir da nossa interação com o outro. Em seu livro, *Humanismo do Outro Homem*, Levinas faz uma separação entre a experiência vivida e o significado que damos a ela. Esse significado que conferimos aos fenômenos que experienciamos na vida, segundo ele, são geralmente limitados pela finitude da nossa capacidade de percepção. Essa significação que categoriza os fenômenos da existência humana é fundamentada em uma linguagem que reflete a "posição daquele que escuta e daquele que fala, quer dizer, à contingência de sua história" (LEVINAS, 1972, p. 24). Essa linguagem é fruto de um mundo e da realidade dos indivíduos que a utilizam.

A linguagem é responsável pela formação da cultura, que por sua vez, coloca o ser daquele fenômeno dentro de um conjunto e confere a este ser significação dentro de uma totalidade. Essa totalidade tem por objetivo tentar sintetizar o ser dos indivíduos a um conjunto de outros seres que à minha vista, ou capacidade de percepção, coloca como semelhantes, para conferir a esse conjunto algum significado cultural. Essa significação, contudo, limita um ser que é infinito e busca torná-lo escravo de condições corporais e históricas, que não considera as verdadeiras necessidades daquele indivíduo (LEVINAS, 1972).

Levinas colocava a ética como sendo a filosofia primeira, e não a ontologia. Com isso, Levinas queria afirmar que a significação que a nossa percepção limitada conferia como totalidade ao ser de outro indivíduo, não é capaz de conter a infinitude da identidade do outro e o seu verdadeiro ser. Nisso, a ética consistia no sentido que o ser humano encontrava a partir do seu encontro com o outro e que o tornava infinitamente responsável pela vida desse indivíduo com quem ele se encontrava (NODARI, 2010). Essa responsabilidade implica ao indivíduo enxergar as necessidades do outro como um chamado para sair do egoísmo e estabelecer uma relação de alteridade, em que a presença do outro se torna a razão da existência do eu (NODARI, 2010, p. 172). Como posto pelo próprio Levinas:



É ali na alteridade que abriga infinitamente grande tempo num entretempo intransponível. O um é para o outro um ser que se desprende, sem se fazer contemporâneo do outro, sem poder colocar-se a seu lado numa síntese, expondo-se como tema, um- -para-o-outro como um guardião-de-seu-irmão, como um responsável-pelo-outro. (LEVINAS, 1993, p. 15).

A interação com o outro, contudo, não remove as suas diferenças frente ao indivíduo. E, pelo motivo dessa relação não ser simétrica, é necessário que o indivíduo aja com alteridade para com o outro sem esperar que esse sentimento seja recíproco, fazendo-o como tal por ser a sua responsabilidade fazê-lo e não por esperar receber o mesmo sentimento por parte do outro em troca (NODARI, 2010, p. 172; CINTRA, 2009). É o caminho da alteridade que nos permite romper com ciclos de violência, nos permitindo construir uma identidade a respeito do outro que não precise ser carregada de estereótipos negativos, mas que, ainda que não recíproca, me permita enxergar as necessidades do outro e me tornar responsável pela proteção de tais necessidades (RESENDE, 2020).

É muito provável que a profunda complexidade do conflito Israel-Palestina não seja solucionada, ao menos dentro de um breve espaço de tempo. Contudo, as reflexões aqui levantadas procuram fornecer um princípio sobre o qual esses dilemas possam ser, se não resolvidos, ao menos superados por essas sociedades, permitindo a abertura de espaço para o estabelecimento de interações pautadas na alteridade ao invés da diferença, favorecendo assim a formulação de uma base para que a construção de identidades menos voltadas para o conflito e mais propensas a construção da paz seja favorecida e futuros acordos de paz possam obter o êxito esperado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como objetivo principal entender como a condução dos processos de construção de paz no conflito Israel-Palestina que se deram após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, foram afetados pela construção identitária desses dois povos no que diz respeito a imagem que os lados formam de si mesmos e na forma como enxergam o seu adversário. A principal razão que nos leva a buscar esse entendimento é a compreensão que concebemos, com base na teoria construtivista de Relações Internacionais de que, não necessariamente, a construção de identidades deveria levar os atores políticos a uma situação de conflito, ou a um quadro de autoajuda. Da mesma maneira como, em determinada interação, essas identidades foram formadas para a perpetuação do conflito, ao se desenvolver um tipo de interação diferente, essas identidades poderiam ser construídas para favorecer a construção de uma paz estável na região.



Para tanto, iniciamos esse trabalho fazendo um retrospecto histórico na conexão do povo Judeu com a terra de Israel e como o sionismo favoreceu a criação de um lar nacional judaico na terra pertencente ao Mandato Britânico da Palestina, no ano de 1948. A criação de um Estado Judeu, entretanto, marcou o início de uma onda de hostilidade entre Árabes, especialmente Palestinos, e os Judeus. Essas hostilidades se tornaram ainda mais intensas com os acontecimentos da Guerra dos Seis Dias, em 1967, que garantiu a Israel a posse dos territórios da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, da Península do Sinai e das Colinas do Golã. Essa conquista trouxe mais um problema-chave para o conflito entre essas duas sociedades, a questão dos assentamentos judaicos nos territórios conquistados na Guerra. De 1977 até os anos 2000, diversos acordos de paz seriam postos na mesa de negociação, contudo, nenhum com sucesso. Em todos eles, a questão dos assentamentos era um ponto decisivo.

Com o entendimento de que a construção identitária desses dois povos, voltada para o conflito e a sua perpetuação, era uma das principais razões que levaram tais acordos serem levados ao fracasso, buscamos encontrar definições para o conceito de identidade nas Relações Internacionais, e por meio da instrumentalização da teoria construtivista tentamos compreender de que maneira identidades se constroem no Sistema Internacional. Para ampliar essa compreensão, recorreremos ao pensamento de Alexander Wendt, que nos apresentou a ideia de que, as identidades dos atores são construídas no processo de interação com os outros Estados no Sistema Internacional, e que a presença dessa constante construção identitária nos permite conceber a anarquia internacional como um ambiente onde, não necessariamente, apenas a dimensão de conflito seja instaurada, mas que pode ser conduzida por esses Estados a outras configurações, seja de cooperação ou de rivalidade não destrutiva.

Logo em seguida, apresentamos um quadro geral de como tem se dado a construção identitária de israelenses e palestinos ao longo do conflito e, em especial, após o surgimento da questão dos assentamentos como um dos pilares para a perpetuação do conflito, em 1967. Vimos que essas sociedades se encontram em meio a diversos impasses e dilemas éticos que tornam a resolução da problemática ainda mais complexa, pois a multiplicidade de perspectivas culturais e de visões de mundo envolvidas leva ambas as sociedades a nunca conseguirem chegar a um consenso na maneira de como solucionar as suas diferenças, o que gera, por um lado medo, e por outro ódio.

Levando em consideração as informações apresentadas, buscamos propor um caminho para lidar com os diversos dilemas éticos e identitários enfrentados pelas duas partes



envolvidas no conflito, bem como impasses inerentes à resolução desses dilemas. É importante ressaltar que, apesar de parecer difícil de se conceber uma solução definitiva para o conflito, ao menos nos próximos anos, não é impossível de se pensar em caminhos para superá-lo. A reflexão proposta por Emmanuel Levinas no que diz respeito à alteridade, aliada a concepção de Alexander Wendt nos permite enxergar o caminho de, por meio da prática da alteridade, o conflito não ser a única opção para a interação entre israelenses e palestinos. Ainda que as diferenças persistam, é possível a construção de identidades que superem um estágio de conflito e passem a desenvolver interações menos violentas e mais propensas à coexistência e ao respeito mútuo.

O presente trabalho possuiu como foco uma análise do conflito dentro do escopo das teorias de Relações Internacionais, buscando entender a influência das construções identitárias no fracasso da condução dos processos de paz. Não era, contudo, nosso objetivo trazer soluções concretas para o conflito, mas sim, propor caminhos para se pensar bases por onde seja possível se arquitetar uma futura superação do mesmo. Problemas antropológicos ou culturais dessas sociedades, bem como os aspectos mais filosóficos ou psicológicos que envolvem o conflito podem ser um tema para futuras discussões tratadas dentro da problemática na busca do alcance e da construção da paz na região.



5. BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Eran; OREN, Neta. **Socio–Psychological Barriers to Peace Making**: The Case of the Israeli Jewish Society. *Social Issues and Policy Review*. 4. 63 - 109. 2010

BERENSKOETTER, Felix. Identity in International Relations. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. 22 Dec. 2017; Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-218>>. Acesso em: 9 ago 2021.

CINTRA, Benedito E. Leite. **Pensar com Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Paulus, 2009.

GOODMAN, Micah. **O Impasse de 1967**: A Esquerda e a Direita em Israel e o Legado da Guerra dos Seis Dias. *É Realizações Editora*, v. 3, f. 220, 2020. 439 p.

JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg. **Introduction to International Relations**: theories and approaches. 5 ed. Oxford University Press, 2013.

LAJST, André Prof. . **Dilemas do Processo de Paz entre Israelenses e Palestinos**. Programa Emerson Fellowship. StandWithUs Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pvTDzFYedMI>> Acesso em: 20 jun 2021

LEBOW, Richard Ned. “Identity and International Relations.” **International Relations**, vol. 22, no. 4, Dec. 2008, pp. 473–492, doi:[10.1177/0047117808097312](https://doi.org/10.1177/0047117808097312). Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047117808097312>>. Acesso em: 9 ago 2021.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do Outro Homem**. Petrópolis: Vozes, 1993. 131 P.

MISHAL, Shaul; MORAG, Nadav. Political Expectations and Cultural Perceptions in the Arab-Israeli Peace Negotiations. **Political Psychology**. vol 23. pp. 325 - 353. 2002.

Disponível em:

<http://institutobrasilisrael.org/cms/assets/uploads/_BIBLIOTECA/_PDF/as-negociac%CC%A7o%CC%83es-e-acordos-de-paz/37a86562d83ac667a55a7ca475283460.pdf>. Acesso em: 13 ago 2021.

NODARI, Paulo César. **Sobre Ética**: Aristóteles, Kant, Levinas. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2010.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RESENDE, Erica. The Identity/Alterity Nexus in International Relations: two cases of encounter with difference. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online]. 2020, v. 20, n. 2, pp. 234-247. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.34347>>. Acesso em: 9 ago 2021



SCHAM, Paul L. The Historical Narratives of Israelis and Palestinians and the Peacemaking Process. **Israel Studies Forum**, vol. 21, no. 2, pp. 58–84, 2006. Disponível em: < www.jstor.org/stable/41804951 >. Acesso em 13 ago 2021.

STANDWITHUS BRASIL. Introdução à História de Israel. São Paulo: StandWithUs, 2018

WENDT, Alexander. **A Anarquia é o que os Estados Fazem Dela**: A construção social da política de poder. Tradução: Rodrigo Duque Estrada. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013. pp. 420–473, 2013.